



Termo de Referência – IABS PRS-FIN-008

## Elaboração de estudos e proposição de modelo(s) para certificação de propriedades rurais que aplicam tecnologias de baixa emissão de carbono

### Convênio BID-IABS ATN/LC-1708-BR – “Projeto Agricultura de Baixo Carbono e Desmatamento Evitado para Reduzir a Pobreza no Brasil Fase II - Desenvolvimento Rural Sustentável no Cerrado”

#### Serviços Técnicos Especializados na modalidade de produto

Brasília, 11 de maio de 2020

#### Resumo

Este Termo de Referência estabelece condições e linhas gerais para a contratação, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS, no âmbito do projeto *Agricultura de Baixo Carbono e Desmatamento Evitado para Reduzir a Pobreza no Brasil Fase II - Desenvolvimento Rural Sustentável no Cerrado – ATN/LC-1708-BR*, de serviços técnicos especializados para elaboração de estudos sobre modelos, normas e certificações, e proposição de modelo de certificação de propriedades rurais que aplicam tecnologias de baixa emissão de carbono, incluindo projeto piloto, elaboração do conteúdo do material técnico-didático e organização de missões técnicas.

#### O projeto

O projeto *Agricultura de Baixo Carbono e Desmatamento Evitado para Reduzir a Pobreza no Brasil Fase II - Desenvolvimento Rural Sustentável no Cerrado – ATN/LC-1708-BR*, ou Projeto Rural Sustentável Fase II – Cerrado (PRS II - Cerrado), tem como principais objetivos mitigar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e aumentar a renda de pequenos(as) e médios(as) produtores(as) no bioma Cerrado, por meio da promoção da adoção de tecnologias de baixa emissão de carbono. Visa ainda a implantação de atividades que melhorem o acesso dos(as) produtores(as) à assistência técnica e à capacitação, bem como apoio a organizações de produtores(as) para fortalecer a organização produtiva e a comercialização da produção rural. Além disso, contribuirá na melhora das capacidades dos(as) provedores(as) locais de assistência técnica (tanto instituições quanto profissionais individuais) para trabalharem com tecnologias de baixa emissão de carbono e com práticas integradas e sustentáveis de produção.

Execução:



Coordenação Científica:



Realização:



MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA, PECUÁRIA  
E ABASTECIMENTO





Para alcançar esses objetivos, o projeto se concentra nas seguintes atividades principais: (i) capacitação de provedores(as) locais de assistência técnica na aplicação de tecnologias de baixa emissão de carbono; (ii) identificação e mobilização de produtores(as) para participarem como Unidades Demonstrativas (UDs) e Unidades Multiplicadoras (UMs) associadas ao projeto; (iii) assistência técnica, treinamento e ações de sensibilização a produtores(as) para promover a adoção de tecnologias de baixa emissão de carbono e sistemas de produção sustentáveis; (iv) certificação e benefícios coletivos direcionados para fortalecer organizações de produtores(as) nas práticas produtivas e nas cadeias de valor da agricultura de baixa emissão de carbono; e (v) ações de pesquisa em diversas áreas relacionadas aos objetivos do projeto.

As atividades focam na implementação de sistemas integrados de lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e na recuperação de pastagens degradadas (RPD), visando contribuir com o desenvolvimento rural sustentável no Cerrado, aumentando a eficiência do uso da terra, a produtividade e o incremento na geração de renda entre os(as) produtores(as), mitigando as emissões de GEE e reduzindo a pressão para desmatar a floresta nativa objetivando a produção agrícola.

O projeto atuará nos estados de **Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais**, em municípios que possuem um percentual significativo de pastagens degradadas, elevadas taxas de desmatamento e aptidão para introdução de sistemas integrados de produção.

### Arranjo institucional do projeto

Financiado pelo Fundo Internacional para o Clima do **Governo do Reino Unido**, o projeto é regido pela Cooperação Técnica BR-T1409 do **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, tendo o **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)** como beneficiário institucional. O **Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS)** é responsável pela execução e administração técnica, financeira e fiduciária do projeto (Convênio BID – IABS ATN/LC-1708-BR). A **Associação Rede ILPF**, através da **Embrapa**, é a responsável pela coordenação científica e apoio às demais atividades executivas do projeto.

### Responsável pela contratação

Criado em 2003, o **Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS)** é uma entidade sem fins lucrativos, certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que congrega diversas ações, arranjos e experiências em busca do imperativo da sustentabilidade. Seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades, o combate às mudanças climáticas e a garantia do acesso a tais benefícios às gerações presentes e futuras (saiba mais em [www.iabs.org.br](http://www.iabs.org.br)).



Desde 2006, vem atuando como facilitador na recepção e gestão de fundos de cooperação internacional, recebendo os recursos técnicos e financeiros, aplicando-os de acordo com as decisões de parceiros(as) e beneficiários(as) e prestando contas com os(as) envolvidos(as), concomitante à supervisão estratégica, técnica e administrativa de todo o processo.

### Objetivos da contratação

**Objetivo geral:** Elaborar proposta de modelo(s) de certificação para propriedades que aplicam práticas produtivas sustentáveis e de baixa emissão de carbono no Cerrado, como os sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), também conhecidos como sistemas agrossilvipastoris, incluindo a implantação e avaliação de projeto piloto.

### Objetivos específicos:

Os seguintes objetivos específicos são considerados necessários ao alcance do objetivo geral do projeto:

**OE1:** Identificar e avaliar modelos e experiências de certificação existentes, no Brasil e no mundo, aplicáveis a propriedades rurais e produtos e processos originários de sistemas de produção sustentáveis e de baixa emissão de carbono, com ênfase aos sistemas ILPF.

**OE2:** Identificar, articular e organizar missões técnicas e institucionais (1 nacional e 2 internacionais), em temas relacionados com certificação para conhecer modelos existentes e seus efeitos.

**OE3:** Construir e validar proposta de modelo(s) de certificação para propriedades rurais, no contexto do manejo sustentável e de baixa emissão de carbono no bioma Cerrado, com ênfase aos sistemas ILPF.

**OE4:** Elaborar proposta técnica detalhada para implantação, acompanhamento e avaliação de projeto piloto da certificação na modalidade desenhada em propriedades selecionadas, cadastradas no PRS II - Cerrado.

**OE5:** Elaborar o conteúdo técnico e didático de material de orientação para cursos formativos e divulgação do sistema de certificação definido.

### Atividades

As atividades descritas a seguir estão alinhadas com os objetivos deste Termo de Referência, para gerar os produtos especificados a partir dos objetivos acima expostos.



**Atividade 1:** Elaborar o Plano de Trabalho contendo a proposta técnica detalhada, com o planejamento das ações e descrição das atividades e das etapas que serão realizadas para alcançar os objetivos, os(as) responsáveis por cada atividade, o cronograma das ações, com a previsão de início e fim das atividades, a previsão de reuniões (presenciais/virtuais) para apresentação de resultados, bem como as respectivas metodologias aplicadas para alcance dos objetivos pretendidos.

**Atividade 2:** Realizar estudo de identificação e avaliação de modelos de normas, certificações, denominações de origem e outros, aplicáveis a propriedades rurais, produtos e processos oriundos de processos produtivos sustentáveis e de baixa emissão de carbono, incluindo produção agropecuária e florestal no Brasil e no exterior, que possam servir de modelo ou integrar a proposta de certificação construída no âmbito do projeto.

Construir relatório e apresentação com o estudo de identificação e avaliação contendo a bibliografia de todas as informações obtidas assim como a informação mais atualizada possível. Para cada modelo deve-se minimamente incluir as seguintes informações:

a. Objetivos e características principais:

- Identificação do modelo de certificação;
- Histórico e objetivos do surgimento do modelo;
- Características do escopo de aplicabilidade da certificação:
  - i. Tipos de produto-processo;
  - ii. Região, área e escala;
  - iii. Restrições (não aplicabilidade).
- Duração da certificação (tempo de permissão de uso do selo ou certificado);
- Selo e tipo de certificado (características, formato, informações, etc.);
- Descrição dos componentes da estrutura de certificação;
- Modelo de governança/gestão;
- Custos diretos;
- Principais benefícios e avaliação de adesão da certificação;
- Possibilidade de reconhecimento de outras certificações.

b. Legislação brasileira (se aplicável);

c. Normas/padrões, incluindo estrutura da norma aplicada/proposta e conteúdo social, ambiental, econômico e produtivo;

d. Processo de certificação, incluindo:

- Descrição do processo;
- Modelo de auditoria e verificação documental e presencial;



- Sistema de avaliação e pontuação;
  - Possível estrutura de processo participativo;
  - Instituições acreditadas e requisitos para credenciamento de avaliadores e auditores;
  - Processo de melhoria contínua e treinamentos disponíveis;
  - Outras informações pertinentes.
- e. Identificação de requisitos mais adequados ao modelo a ser proposto, considerando potencialidades, aplicabilidade e viabilidade para os seguintes contextos:
- Propriedades, produtos e processos oriundos de produção sustentável e de baixa emissão de carbono, em específico para sistemas ILPF (agrossilvipastoris);
  - Requisitos relacionados especificamente à carbono (fixação, emissão, medidas de controle, mitigação, recuperação, transformação, boas práticas, etc.);
  - Requisitos relacionados às ações de desmatamento evitado;
  - Bioma Cerrado;
  - Pequenos(as) e médios(as) produtores(as) dos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

**Atividade 3:** Levantar e analisar políticas públicas e outras iniciativas de agropecuária sustentável, como o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) e outras, com objetivo de identificar subsídios para a proposta de certificação no contexto do PRS II - Cerrado.

Construir documento técnico em formato descritivo contendo:

- a. Identificação e análise das políticas públicas relacionadas com a agropecuária sustentável e outras iniciativas atualmente em vigência no Brasil;
- b. Identificação de critérios relevantes para a certificação de produtos advindos da agricultura de baixa emissão de carbono no Cerrado.

**Atividade 4:** Identificar, articular e organizar missões técnicas e institucionais (1 nacional e 2 internacionais) para conhecer e avaliar outras certificações existentes e seus efeitos, visando obter insumos para a proposta de certificação no âmbito do projeto.

Tal atividade compreende a identificação de instituições de interesse para os temas de produção sustentável e de baixa emissão de carbono, sistemas ILPF (ou agrossilvipastoris) e certificação, definição da estratégia, identificação de parceiros estratégicos, elaboração da proposta de agenda e de pauta, e levantamento de custos de logística (hospedagem, transporte, alimentação e outros).



Esta atividade deverá prever, ainda, apresentação da proposta técnica para discussão com a equipe de coordenação e, possivelmente, de representantes das demais instituições envolvidas no projeto.

**Atividade 5:** Desenhar proposta(s) de modelo(s) de certificação de propriedades de pequenos(as) e médios(as) produtores(as) rurais que aplicam práticas produtivas sustentáveis e de baixa emissão de carbono. Para a realização da proposta devem ser levadas em consideração as informações levantadas nas atividades anteriores deste Termo de Referência. O desenho do modelo de certificação deve incluir a proposta de normas que serão aplicadas; a definição da instituição certificadora; e a estratégia de comunicação. Deve ser considerada e estudada a possibilidade de inclusão de critérios relacionados às emissões de carbono (fixação, medidas de controle, mitigação, recuperação, transformação, boas práticas, etc.), à produção sustentável; de baixa emissão de carbono; ao uso de sistemas ILPF e ao desmatamento evitado. O modelo proposto também deve considerar a melhoria contínua como mecanismo para atingir os resultados do processo de certificação, com diferentes níveis de certificação. Também deve ser apresentado estudo de impacto econômico da certificação, com a identificação dos custos para a implementação e benefícios financeiros e sistêmicos aos(as) produtores(as) e demais atores envolvidos.

O documento técnico desta atividade deve conter:

- a. Metodologia utilizada para o desenho da(s) proposta(s) de certificação (fluxo de trabalho), identificando todas as etapas de construção do modelo de certificação, potencial de aplicação da proposta apresentada e gargalos identificados, considerando o atual cenário das áreas de abrangência do PRS II - Cerrado.
- b. Desenho(s) técnico(s) com a(s) proposta(s) de modelo(s) de certificação, contendo minimamente:
  - Objetivos, características principais, escopo aplicável;
  - Duração da certificação;
  - Tipos de certificado, selo(s) e identidade visual;
  - Normas (estrutura, conteúdo especificado a nível de verificação);
  - Sistema de gestão/governança;
  - Processo de certificação;
  - Modelo de credenciamento de avaliadores(as)/auditores(as);
  - Modelo de verificação;
  - Processo de avaliação;
  - Modelo de documentação gerada após verificação pública;
  - Modelo de rastreabilidade;



- Estratégia de comunicação;
- Estratégia de observatório e resolução de conflitos;
- Estimativa de custos diretos;
- Impacto econômico da certificação, com a identificação dos custos para a implementação e benefícios financeiros e sistêmicos aos produtores e demais envolvidos;
- Outras informações.

Esta atividade deverá prever, ainda, reuniões frequentes com a equipe e apresentação da proposta técnica para discussão com a equipe de coordenação e, possivelmente, de representantes das demais instituições envolvidas no projeto.

**Atividade 6:** Elaborar proposta metodológica para oficinas de avaliação do sistema de certificação proposto com profissionais especializados(as) e partes interessadas. A proposta deve contemplar os seguintes pontos:

- Sugestão de instituições e profissionais para participação nas oficinas, assim como de outros públicos-alvo, considerando experiência em certificação e nas áreas de produção sustentável, agropecuária e florestal, tendo como viés os conceitos de sustentabilidade, cadeia produtiva, métodos de custos de produção e noções de legislação aplicada, e os principais mercados de certificação nacional e internacional, contemplando sistemas ILPF e outras práticas da agricultura de baixa emissão de carbono e desmatamento evitado;
- Metodologia proposta para avaliar, revisar e propor melhorias no modelo de certificação proposto. Considerar os produtos obtidos das atividades anteriores e o contexto do projeto. A metodologia deve englobar Técnicas de Avaliação Participativa e/ou painel de avaliação de especialistas;
- Meio de avaliação final das oficinas e do resultado final do processo.

**Atividade 7:** Elaborar proposta de projeto para implantação de piloto da certificação em propriedades beneficiadas pelo PRS II – Cerrado, que seja como Unidades Demonstrativas (UDs) ou como Unidades Multiplicadoras (UMs). Deverá ser desenhada também a metodologia para registro e a avaliação da experiência de implantação do piloto.

- As UD's são áreas de propriedades que já implantavam sistemas ILPF antes do projeto e que servem como referência para outros(as) produtores(as).
- As UM's são novas áreas destinadas à adoção e implementação de sistemas ILPF com o apoio do PRS II – Cerrado.



Construir documento contendo, minimamente:

- a. Plano de Trabalho contendo fluxo e cronograma detalhado;
- b. Critérios para identificação e seleção das UD's, UM's e organizações de produtores(as) com maior aptidão para implantação do piloto;
- c. Análise da aplicabilidade do piloto, incluindo desafios, considerando as diferenças encontradas nas regiões e estados abrangidos pelo projeto;
- d. Estratégias de mobilização, monitoramento/acompanhamento e avaliação da implementação do piloto;
- e. Identificação de potenciais parceiros que facilitarão a implementação do piloto;
- f. Ações de logística, capacitação e comunicação que seriam necessárias para implementação do piloto;
- g. Infográfico, documento técnico e apresentação com fluxo para a implementação do piloto de certificação.

Esta atividade deverá prever, ainda, reuniões frequentes com a equipe e apresentação da proposta técnica para discussão com a equipe de coordenação e, possivelmente, de representantes das demais instituições envolvidas no projeto.

**Atividade 8:** Elaborar proposta de conteúdo do material técnico e didático para orientação sobre a metodologia de certificação definida. Este material será usado em ações de mobilização, divulgação e capacitação (cursos, palestras e seminários) voltadas para agentes de assistência técnica e gestores(as) públicos(as) que apoiarão na difusão da certificação e no envolvimento de produtores(as). A proposta deve considerar o planejamento quanto ao conteúdo, objetivos, estrutura de conteúdo e avaliação, de acordo com o material a ser elaborado, perfil do público alvo e orçamento.

A instituição contratada deverá enviar a lista e o esboço da proposta de materiais e serem elaborados para prévia avaliação da equipe do projeto e, após a validação da lista de material pelo IABS, passar à elaboração do conteúdo.

**Atividade 9:** Elaborar Relatório Técnico Final com descrição das atividades realizadas, contendo o registro da metodologia, a sistematização dos resultados obtidos, registro de reuniões, resultados das análises, dos custos, estratégias de implementação dos modelos e recomendações estratégicas.

## Produtos

Os produtos detalhados a seguir estão alinhados com a finalidade deste Termo de Referência, para gerar os produtos especificados a partir dos objetivos expostos. Espera-se que, com o apoio desta ação, se contribua para o alcance das metas do projeto.





**Produto 1:** Plano de Trabalho. Documento apresentando o plano de trabalho, descrição das metodologias utilizadas, cronograma detalhado de todas as etapas das atividades, descrição das metodologias utilizadas, e respectivos(as) responsáveis por cada atividade.

**Obs.:** O produto deverá ser apresentado por escrito (relatório técnico) e em reunião presencial/virtual com a participação da equipe da contratada e equipe de coordenação do projeto, com registro técnico da reunião com lista de presença, fotocomentário e encaminhamentos.

**Produto 2:** Documento técnico contendo os resultados do estudo de identificação e avaliação de modelos, normas, certificações, denominações de origem e outros, aplicáveis a propriedades rurais, produtos e processos oriundos de processos produtivos sustentáveis e de baixa emissão de carbono, incluindo produção agropecuária e florestal no Brasil e exterior. O produto deve conter a bibliografia de todas as informações obtidas, assim como as informações mais atualizadas possíveis. O produto deverá ser entregue com base no modelo a ser disponibilizado pelo IABS, junto com uma apresentação em formato *Power Point*.

**Produto 3:** Documento técnico em formato descritivo contendo identificação e análise das políticas públicas relacionadas com a agropecuária sustentável e outras iniciativas atualmente em vigência no Brasil, assim como a identificação de critérios relevantes para a certificação de produtos advindos da agricultura de baixa emissão de carbono no Cerrado. O produto deverá ser entregue com base no modelo a ser disponibilizado pelo IABS, junto com uma apresentação em formato *Power Point*.

**Produto 4:** Documento descritivo com a proposta para as missões técnicas, bem como informações, contatos e dados relevantes à execução das missões. O produto deverá ser entregue com base no modelo a ser disponibilizado pelo IABS, junto com uma apresentação em formato *Power Point*.

**Produto 5:** Documento técnico com a(s) proposta(s) de modelo(s) de certificação de propriedades de pequenos(as) e médios(as) produtores(as) rurais que aplicam práticas produtivas sustentáveis e de baixa emissão de carbono.

**Obs.:** O produto deverá ser apresentado por escrito (relatório técnico) e em reunião presencial/virtual com a participação da equipe da contratada e equipe de coordenação do projeto, com registro técnico da reunião com lista de presença, fotocomentário e encaminhamentos.



**Produto 6:** Documento descritivo com desenho metodológico da proposta para a realização de oficinas para avaliação do sistema de certificação proposto, contendo todas as informações pertinentes à execução da atividade, bem como contatos, descrição e justificativa das instituições a serem contatadas e bibliografia.

**Produto 7:** Documento técnico com a proposta de implantação do projeto piloto da certificação em propriedades beneficiadas pelo PRS II – Cerrado.

**Obs.:** O produto deverá ser apresentado por escrito (relatório técnico) e em reunião presencial/virtual com a participação da equipe da contratada e equipe de coordenação do projeto, com registro técnico da reunião com lista de presença, fotocomentário e encaminhamentos.

**Produto 8:** Documento técnico contendo a lista de materiais e a proposta de conteúdo para os diversos materiais que serão empregados na mobilização e difusão do modelo de certificação e nas ações de capacitação relativas ao mesmo.

**Produto 9:** Relatório final completo. Documento em formato de publicação técnica com Resumo Executivo, apresentando os levantamentos e os produtos realizados e a sistematização dos resultados, dos pontos críticos, das análises estratégicas e das recomendações. O produto deverá ser entregue com base no modelo a ser disponibilizado pelo IABS, junto com uma apresentação em formato *Power Point*.

Todo o material gerado, incluindo apresentações, vídeos e impressos, deverá seguir as orientações do **Manual de Identidade Visual** do projeto e ser disponibilizado ao final das atividades em formato de relatório técnico, em língua portuguesa, com o registro das atividades e as principais percepções, avaliações e comentários.

Os produtos deverão ser entregues nos formatos A4 ou A3 (ABNT), com estilo de página a ser fornecido quando do início dos trabalhos, elaborados com o uso de processador de texto e planilha eletrônica em formatos compatíveis com o MSOffice, MSProject e Adobe Acrobat mais recentes. No caso de utilização de outros softwares para elaboração de ilustrações, gráficos, tabelas, mapas, entre outros, deverão ser fornecidos os arquivos em formato aberto, ou seja, editáveis.

### Enquadramento do serviço

O custeio se dará por meio do Convênio BID-IABS ATN/LC-1708-BR – “*Projeto Agricultura de Baixo Carbono e Desmatamento Evitado para Reduzir a Pobreza no Brasil Fase II - Desenvolvimento Rural Sustentável no Cerrado*”.



### **Componente 3 - Desenvolvimento de cadeias de valor e acesso a mercados**

*Subcomponente 3.2 – Certificação de propriedades rurais*, compreendendo as seguintes atividades do projeto:

Atividade 3.2.1 – Realização de estudo de identificação e avaliação de modelos, normas e utilização de certificações, denominações de origem e outros

Atividade 3.2.2 – Realização de missões técnicas nacionais e internacionais

Subatividade 3.2.2.A – Organização técnica e institucional de missões

Atividade 3.2.3 – Realização de oficinas de avaliação, revisão e proposição de novas opções e modelos de certificação com atores relevantes

Atividade 3.2.4 – Desenho ou adequação de novas propostas e modelos de proposta de certificação

Atividade 3.2.6 – Produção de material de orientação sobre os modelos e processos de certificação definidos

Subatividade 3.2.6.A – Elaboração do conteúdo técnico-didático do material de orientação sobre os modelos e processos de certificação definidos

Atividade 3.2.9 – Implantação de um piloto da certificação em UD's, UM's e grupos de produtores(as)

### **Remuneração e condições de pagamento**

O valor total dos serviços, incluindo todos os impostos, taxas e as despesas referentes à execução das atividades, deverá estar incluso na proposta comercial, respeitando-se o valor acordado com o IABS durante o processo seletivo, e não deverá, em hipótese alguma, ultrapassar o teto de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) - montante contemplado pelo orçamento do projeto para a realização da atividade. Eventuais despesas com viagens, hospedagens e alimentação são responsabilidade exclusiva da contratada, devendo compor o valor total dos serviços.

A instituição a ser contratada receberá depósito em sua conta bancária até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação do documento fiscal válido, que somente deverá ser emitido após parecer favorável da equipe de coordenação do IABS, com a aprovação do produto entregue conforme as especificações deste documento. À coordenação reserva-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para avaliar os produtos entregues, contados da data do respectivo recebimento.

As parcelas serão pagas conforme quadro a seguir:

Produtos Esperados	Porcentagem (%) do total dos recursos	Data prevista de entrega até
Produto 1: Plano de Trabalho	10%	15 dias após assinatura do contrato
Produto 2: Documento com estudo de identificação e avaliação de modelos de normas, certificações, denominações de origem e outros.	15%	45 dias após assinatura do contrato
Produto 3: Documento com a análise de políticas públicas e outras iniciativas.	5%	
Produto 4: Documento com a proposta para as missões técnicas.	5%	
Produto 5: Documento com a(s) proposta(s) de modelo(s) de certificação.	30%	90 dias após assinatura do contrato
Produto 6: Relatório com proposta metodológica para oficinas de avaliação	5%	
Produto 7: Relatório com projeto piloto para implantação da certificação proposta.	15%	120 dias após assinatura do contrato
Produto 8: Documento técnico com a lista de materiais e a proposta de conteúdo para o material técnico e didático.	5%	150 dias após assinatura do contrato
Produto 9: Relatório final completo	10%	180 dias após assinatura do contrato
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>180 dias</b>

### Prazo de execução

Este serviço deverá ser contratado em formato de empreitada global, sendo o seu prazo de execução previsto para 6 meses, podendo ser prorrogável por tempo a ser estabelecido pela coordenação do projeto e de acordo com o cronograma do mesmo. Caso se faça necessária a execução dos serviços ora descritos após esse prazo, a instituição selecionada deverá, às suas próprias custas, dar continuidade às atividades até que sejam entregues os produtos aqui descritos. Não serão permitidos atrasos injustificados que prejudiquem o cronograma de execução do projeto.



### Avaliação da Proposta

Será escolhida a proposta que melhor atenda às necessidades do projeto, não sendo escolhida, necessariamente, a de menor preço, ou seja, adotar-se-ão critérios de economicidade – relação entre custo e benefício. Os valores a serem praticados para fins de remuneração da instituição selecionada devem ser propostos no formato descrito neste Termo de Referência.

No **Anexo I** estão apresentados os requisitos de participação, as orientações e os critérios de avaliação deste processo seletivo.

### Supervisão

María Suárez – Coordenadora Operacional do PRS Fase II - Cerrado

Marcela Miranda – Coordenadora de Finanças Verdes do PRS Fase II - Cerrado

Mayra de Souza Bonfim – Gerente de Certificação do PRS Fase II - Cerrado

**Luís Tadeu Assad**

Diretor Presidente do IABS

Coordenador Geral do Projeto Rural Sustentável – Fase II Cerrado



## Anexo I - Requisitos de participação, orientações e critérios de avaliação

Termo de Referência – IABS PRS- FIN-008

### Condições de participação

A participação nesta concorrência se dará por meio de Pessoas Jurídicas, por representante legal credenciado(a) no contrato social ou estatuto, a quem caberá a responsabilidade em apresentar a proposta. A Pessoa Jurídica deverá cumprir as seguintes exigências:

- Atender a todas as solicitações deste Termo de Referência;
- Ter objeto social pertinente e compatível com a proposta da contratação.

Será vedada a participação de instituições:

- Declaradas inidôneas por ato do Poder Público ou em lista de restrições do BID;
- Sob falência, concordata, insolvência civil ou recuperações judiciais e extrajudiciais.

A instituição candidata indicará responsável pelo contrato, que deverá ter disponibilidade para acompanhar e conduzir as ações previstas no Termo de Referência, e apresentar os documentos que compõem a contratação. A instituição contratada deverá alocar a este serviço tão somente a(s) pessoa(s) cujo(s) currículo(s) tenha(m) sido previamente aprovado(s) pelo IABS. Para formalizar a contratação, fica facultado ao IABS a solicitação de comprovação de documentos curriculares e de experiência institucional.

### Envio das propostas

Instituições interessadas deverão enviar:

- Portfólio institucional (acervo), incluindo comprovantes de experiência, com destaque para até 4 (quatro) trabalhos relacionados com este termo de referência;
- Currículo do(a) responsável pelo contrato e, se aplicar, das pessoas chave da equipe envolvida;
- Proposta financeira, incluindo preço global para realização das atividades previstas neste Termo de Referência, em reais (R\$).

As informações inseridas no acervo e nos currículos da equipe deverão ser verídicas e refletirem a realidade dos serviços prestados. A constatação de informações inverídicas acarretará a exclusão automática do processo.

Os documentos devem ser enviados até as 23h59 do dia 21/05/2020 através do site do IABS (<https://iabs.org.br/oportunidades/>), incluindo as informações solicitadas no formulário correspondente. Propostas fora prazo serão desconsideradas.

## Avaliação e classificação das propostas

Espera-se que a instituição candidata demonstre entendimento do assunto e das atividades propostas no Termo de Referência, oferecendo informações que revelem seu conhecimento técnico na abordagem do tema e do seu objeto. Será escolhida a proposta que melhor atenda às necessidades do projeto, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, não sendo escolhida, necessariamente, a de menor preço.

A avaliação das propostas ocorrerá em três fases:

**Fase 1:** De caráter eliminatório, será verificado o cumprimento das condições de participação, incluindo a data e horário de envio das propostas e a submissão de todas as informações e os documentos solicitados.

**Fase 2:** De caráter classificatório, consistirá na avaliação do acervo institucional, do(s) currículo(s) do(a) responsável pelo contrato, equipe envolvida e da proposta financeira. A avaliação do acervo institucional e do(s) currículo(s) do(a) responsável pelo contrato e equipe envolvida será realizada considerando a(s) temática(s) definida(s) no Termo de Referência, derivando em uma Nota Técnica (NT) cujo valor será calculado pela soma dos pontos de cada um dos itens discriminados conforme a seguinte tabela:

### *Avaliação do portfólio da instituição e do(s) currículo(s) do(a) da equipe envolvida*

Critérios de avaliação	Pontuação para a Nota Técnica (NT)				Pontuação máxima
<b>Portfólio da instituição</b>					
Experiência relevante na(s) área(s)	10 pontos por projeto <sup>1</sup>				40
Publicações, livros e/ou estudos na(s) área(s)	2 pontos por publicação				6
Certificados de padrão de qualidade	2 pontos por certificado				4
<b>Currículo do(a) responsável pelo contrato/equipe técnica<sup>2</sup></b>					
Formação acadêmica em áreas afins ao solicitado (apenas responsável)	Graduação: 2 pontos	Especialização: 3 pontos	Mestrado: 5 pontos	Doutorado: 8 pontos	20
	1 pontos adicionais por título de pós doutorado (máximo 2 pontos)				
Experiência relevante em projetos afins ao solicitado <sup>3</sup> (Responsável e equipe)	Participação em nível técnico (ou equivalente): 1 ponto por projeto (máximo 6 pontos)				30
	Participação em nível gerencial (ou equivalente): 2 pontos por projeto (máximo 8 pontos)				
	Participação em nível de coordenação (ou equivalente): 4 pontos por projeto (máximo 16 pontos)				
<b>Subtotal</b>					<b>100</b>



<sup>1</sup> A experiência em projetos relevantes só contará quando o projeto for executado inteiramente pela instituição ou por membro formal da equipe; de no mínimo 6 meses; e estiver diretamente relacionado com as atividades previstas neste Termo de Referência. Em caso de projetos de duração total menor a 6 meses, ou indiretamente relacionados com o tema deste Termo de Referência, poderá, de forma excepcional, ser computada a pontuação correspondente a critério da equipe de avaliação interna das propostas.

<sup>2</sup> Deverá ser comprovado o vínculo formal do(s) técnico(s) que compõem a equipe da instituição proponente ou por meio de carta de compromisso temporário de consultores(as) independente(s) com a instituição proponente.

<sup>3</sup> A participação em algum projeto relevante só contará quando for de no mínimo 6 meses. Em caso de projetos de duração total menor a 6 meses, poderá, de forma excepcional, ser computada a pontuação correspondente, desde que comprovado que a pessoa participou de todo o projeto.

As propostas financeiras serão analisadas e avaliadas observando-se os limites orçamentários e as condições constantes no Termo de Referência. Será atribuída uma Nota da Proposta Financeira (NPF) considerando o menor preço global das propostas financeiras recebidas e classificadas para a Fase 2, de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$NPF = \frac{PM}{PPA} \times 100$$

Sendo:

NPF = Nota da Proposta Financeira

PM = Preço Menor

PPA = Preço da Proposta Avaliada

A Nota da Proposta Financeira com valor de 100 (valor máximo) corresponderá à proposta de menor preço global, sendo calculado o restante das pontuações considerando o preço desta proposta.

A Nota da Fase 2 (NF2) será calculada considerando a Nota Técnica (NT) e a Nota da Proposta Financeira (NPF), de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF2 = NT \times 0,70 + NPF \times 0,30$$

**Fase 3:** De caráter classificatório, consistirá em entrevista a ser realizada com o(a) responsável pelo contrato e, se aplicar, com a(s) pessoa(s) chave da equipe envolvida. Na entrevista, buscar-se-á avaliar a compatibilidade das experiências institucionais, acadêmicas, profissionais e pessoais com a natureza da ação a ser desenvolvida para a obtenção dos objetivos definidos no Termo de Referência. Serão consideradas, nesta fase, apenas as 3 (três) propostas que obtiverem maior pontuação na Fase 2 acima descrita.





A Nota da Fase 3 (NF3) será definida considerando as informações obtidas durante as entrevistas, conforme tabela a seguir:

*Avaliação por entrevista*

<b>Critério</b>	<b>Subcritério</b>	<b>NF3</b>
Excelente	As informações obtidas fornecem evidências excelentes que a instituição tem capacidade de atender as demandas, entregas e especificidades do contrato. O(A) responsável pelo contrato e a equipe envolvida demonstram conhecimento amplo das atividades a serem realizadas.	de 81 a 100
Bom	As informações obtidas fornecem evidências boas que a instituição tem capacidade de atender as demandas do contrato.	de 61 a 80
Satisfatório	As informações obtidas fornecem evidências satisfatórias que a instituição tem capacidade de atender as demandas do contrato.	de 41 a 60
Ruim	As informações obtidas fornecem evidências superficiais que a instituição tem capacidade de atender as demandas do contrato.	de 21 a 40
Insatisfatório	As informações obtidas não fornecem evidências satisfatória que a instituição tem capacidade de atender as demandas do contrato.	de 1 a 20
Não apresenta evidências de qualificação	Não foram obtidas todas as informações solicitadas ou não são aceitáveis.	0

**Nota Final**

A Nota Final (NF) da instituição candidata será calculada pela soma ponderada das notas obtidas na Fase 2 (NF2) e na Fase 3 (NF3), de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = NF2 \times 0,60 + NF3 \times 0,40$$

A classificação das instituições candidatas será feita considerando os valores das notas finais em ordem decrescente. Será considerada a melhor classificada a instituição que dentre as proponentes, tenha obtido a maior pontuação.